

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2022**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

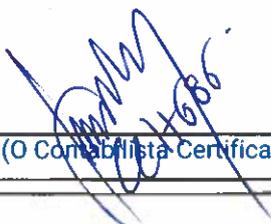
MORADA: Praça Exército Libertador, 53

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Ramalde

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4250-205



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

DATA _____

ASSINATURAS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 388,64	3 199,50
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	1 308,71	1 332,93
		3 697,35	4 532,43
Ativo corrente			
Inventários	6	94,17	71,37
Créditos a receber	11.13	1 229,80	1 284,74
Diferimentos	11.2	25 457,55	34 335,43
Caixa e depósitos bancários	11.3	182 635,14	130 651,94
		209 416,66	166 343,48
Total do ativo		213 114,01	170 875,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.4	3 811,21	3 811,21
Resultados transitados	11.4	120 117,99	96 309,53
		123 929,20	100 120,74
Resultado líquido do período		34 197,00	23 808,46
Total dos fundos patrimoniais		158 126,20	123 929,20
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	606,92	13,82
Estado e outros entes públicos	11.6	6 306,12	6 595,48
Diferimentos	11.2	6 752,75	0,00
Outros passivos correntes	11.7	41 322,02	40 337,41
		54 987,81	46 946,71
Total do passivo		54 987,81	46 946,71
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		213 114,01	170 875,91

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500886024

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	7	56 520,09	53 355,14
Subsídios, doações e legados à exploração	11.8	321 531,38	300 803,23
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-16 425,94	-19 321,08
Fornecimentos e serviços externos	11.9	-71 045,51	-58 954,96
Gastos com o pessoal	9	-265 499,41	-259 113,63
Aumentos/reduções de justo valor	11.14	-63,66	0,00
Outros rendimentos	11.10	10 218,23	9 450,00
Outros gastos	11.11	-227,32	-617,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35 007,86	25 601,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-810,86	-1 793,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34 197,00	23 808,46
Resultados antes de impostos		34 197,00	23 808,46
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		34 197,00	23 808,46

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		62 532,51	53 355,14
Pagamentos a fornecedores		-25 371,54	-36 685,51
Pagamentos ao pessoal		-160 258,29	-153 795,74
Caixa gerada pelas operações		-123 097,32	-137 126,11
Outros recebimentos/pagamentos		173 866,01	178 017,88
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		50 768,69	40 891,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-248,64	-247,74
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		11,45	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-237,19	-247,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 451,70	145,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1 451,70	145,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		51 983,20	40 789,03
Caixa e seus equivalentes no início do período		130 651,94	89 862,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	182 635,14	130 651,94

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500886024

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CRECHE	PRÉ ESCOLAR	CENTRO CONVÍVIO	PERÍODOS	
					2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	5 204,77	51 315,32	0,00	56 520,09	53 355,14
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 / 9	-76 366,68	-185 203,80	-20 354,87	-281 925,35	-278 434,71
Resultado Bruto		-71 161,91	-133 888,48	-20 354,87	-225 405,26	-225 079,57
Subsídios, doações e legados à exploração	11.8	98 900,11	180 650,81	41 980,46	321 531,38	300 803,23
Outros Rendimentos	11.10	3 047,16	6 679,67	491,40	10 218,23	9 450,00
Gastos administrativos	4 / 11.9/11.14	-10 744,34	-36 424,51	-24 751,18	-71 920,03	-60 748,16
Outros Gastos	11.11	-34,10	-113,66	-79,56	-227,32	-617,04
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 006,92	16 903,83	-2 713,75	34 197,00	23 808,46
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		20 006,92	16 903,83	-2 713,75	34 197,00	23 808,46
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		20 006,92	16 903,83	-2 713,75	34 197,00	23 808,46

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2022**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	11
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	12
9	Benefícios dos Empregados.....	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
11	Outras Informações	13
11.1	Investimentos Financeiros	13
11.2	Diferimentos	14
11.3	Caixa e Depósitos Bancários.....	14
11.4	Fundos Patrimoniais	14
11.5	Fornecedores.....	15
11.6	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
11.7	Outros Passivos Correntes.....	15
11.8	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	15
11.9	Fornecimentos e Serviços Externos	16
11.10	Outros Rendimentos	16
11.11	Outros Gastos.....	16
11.12	Resultados Financeiros	17
11.13	Créditos a Receber.....	17
11.14	Aumentos / reduções de justo valor.....	17
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	17
11.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº76 de 1 de Abril de 1957, com sede na Praça Exército Libertador, n.º 53 Porto.

Tem como objetivos contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as Instituições Privadas, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) e o FGCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outras Contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras Contas a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Edifícios e Outras Construções	1 177,16				1 177,16
Equipamento Básico	88 051,74				88 051,74
Equipamento Administrativo	15 918,93				15 918,93
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11				1 885,11
Ativo Tangível Bruto	107 032,94	0,00	0,00	0,00	107 032,94
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	1 177,16				1 177,16
Equipamento Básico	85 224,28	731,14			85 955,42
Equipamento Administrativo	15 546,89	79,72			15 626,61
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11				1 885,11
Depreciações Acumuladas	103 833,44	810,86	0,00	0,00	104 644,30
Ativo Tangível Líquido	3 199,50	-810,86	0,00	0,00	2 388,64

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Programas de Computador	1 832,58				1 832,58
Ativo Intangível Bruto	1 832,58	0,00	0,00	0,00	1 832,58
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	1 832,58				1 832,58
Depreciações Acumuladas	1 832,58	0,00	0,00	0,00	1 832,58
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2022	2021
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	94,17	71,37
Total	94,17	71,37

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2022	2021
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	71,37	79,06
Compras	790,78	495,28
Doações	15 657,96	18 818,11
Saldo Final	94,17	71,37
Gastos do Período	16 425,94	19 321,08

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores	56 520,09	53 355,14
Total	56 520,09	53 355,14

8 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2022			2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP - Dotação	Não Reembolsável			301 922,17			279 805,76
IAPMEI	Não Reembolsável			728,00			718,25
Total		0,00	0,00	302 650,17	0,00	0,00	280 524,01

9 Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2022, foram de "8".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 e 2022 foi de "14"

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	216 180,44	210 755,16
Indemnizações	210,33	0,00
Encargos Sobre as Remunerações	46 021,82	44 909,35
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 501,62	2 015,40
Outros Gastos com o Pessoal	585,20	1 433,72
Total	265 499,41	259 113,63

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	1 308,71	1 332,93
Total	1 308,71	1 332,93

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	598,26	678,91
Rendas Antecipadas	1 400,00	1 400,00
Obras Remodelação	23 459,29	32 256,52
Total	25 457,55	34 335,43
Rendimentos a Reconhecer		
ISS-Acordo Cooperação -Adiantamento atualização 2023	4 501,83	0,00
ISS-Acordo Cooperação -Apoio extraordinário 2023	2 250,92	0,00
Total	6 752,75	0,00

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	4 131,30	123 530,33
Cartão Recarregável	3,84	121,61
Depósitos a Prazo	178 500,00	7 000,00
Total	182 635,14	130 651,94

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3 811,21			3 811,21
Resultados Transitados	96 309,53	23 808,46	0,00	120 117,99
Total	100 120,74	23 808,46	0,00	123 929,20

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	606,92	13,82
Total	606,92	13,82

11.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Passivo		
IRS	1 668,00	1 627,00
Segurança Social	4 607,67	4 947,76
FCT	30,45	20,72
Total	6 306,12	6 595,48

11.7 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos	0,00	41 322,02	0,00	40 337,41
Remunerações a Liquidar		40 791,60		39 706,80
Electricidade		217,65		197,76
Água ⁽¹⁾		70,26		190,34
Pessoal - Penhora		242,51		242,51
Total	0,00	41 322,02	0,00	40 337,41

11.8 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	302 650,17	280 524,01
Doações e Heranças - Donativos	18 881,21	20 279,22
Total	321 531,38	300 803,23

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.9 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos - Refeições	23 217,40	16 476,90
Serviços Especializados	15 294,35	15 002,68
Materiais	316,75	348,85
Energia e Fluidos	4 792,07	5 399,15
Serviços Diversos	26 790,12	21 402,14
Encargos com Utentes	634,82	325,24
Total	71 045,51	58 954,96

11.10 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Juros e Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	11,45	0,00
Outros		
Correções dos exercícios anteriores	294,78	0,00
Subsídio Alimentação Espécie	9 912,00	9 450,00
Total	10 218,23	9 450,00

11.11 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Correções dos exercícios anteriores	0,00	149,32
Donativos	0,00	250,00
Quotizações	198,00	198,00
Juros não Financiamento	29,32	0,00
Outros	0,00	19,72
Total	227,32	617,04

11.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Obtidos	11,45	0,00
Total	11,45	0,00
Resultados Financeiros	11,45	0,00

11.13 Créditos a Receber

A rubrica “Créditos a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Clientes		
Utentes	1 229,80	1 284,74
Total	1 229,80	1 284,74

11.14 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2022 e 2021 ganhos/perdas do “justo valor” no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2022	2021
FCT – Fundo Compensação Trabalho	-63,66	0,00
Total	-63,66	0,00

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2022, foi o seguinte:

Creche: 20

Jardim de Infância: 66

Centro de Convívio: 45

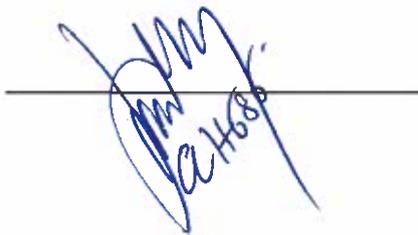
11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 29 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção

